



GABINETE
DO
GOVERNADOR

São Paulo, 28 de abril de 2000

A.P. DA MESA
Publica-se.
A Comissão de Finanças, at-
ciando-se o Tribunal de Contas.
28 / abril / 2000
Vanderlei Macris - Presidente

A-nº 57/2000

Recebido na Secretaria Geral Parlamentar
às 14 horas 30 minutos
S. Paulo, 28 de abril de 2000
M. Covas

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, tendo em vista o disposto no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Balanço Geral do Estado, elaborado em consonância com as normas da Lei federal nº 4320, de 17 de março de 1964, acompanhado do Relatório sobre as Contas do Exercício Financeiro de 1999.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que estão sendo transmitidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado idênticos documentos.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

062030
20/04/00 12:53

SERVIÇO DE REGISTRO E
PROTOCOLO LEGISLATIVO
nº 3052 de 09,05,00
com 653 folhas
Ass. _____

Mário Covas
GOVERNADOR DO ESTADO

Fls. n.º 01
RGL
3052/00
Protocolo Legislativo

A Sua Excelência o Senhor Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 29.04.2000



Fls. n.º 02
RGL
3052/00
Protocolo Legislativo

SECRETARIA DA FAZENDA

COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇO GERAL

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1999

Relatório do Secretário

CONTADORIA
GERAL DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



ÍNDICE

SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA DO GOVERNO DO ESTADO DE S.P.	1
Resultados Orçamentários	1
Superávits Primários	2
Juros e Encargos e Amortização da Dívida.....	2
Necessidade de Financiamento	2
Poupança Corrente	3
Restos a Pagar e Saldo de Caixa.....	4
Dívida Fundada Consolidada	5
Receitas do Estado	6
Receita Corrente Líquida (RCL).....	6
Receita Tributária.....	7
ICMS.....	7
IPVA.....	8
Taxas.....	8
Receitas Próprias Não Tributárias	9
Transferências da União	9
Despesas do Estado.....	10
Despesas com Pessoal	12
Inativos e Pensionistas.....	14
Despesas de Custeio	16
Sentenças Judiciárias.....	16
Investimentos.....	17
Programa Estadual de Desestatização – PED	19
Comentário Final	21
ANEXO	22

Situação Econômica-Financeira do Governo do Estado de São Paulo

Os resultados fiscais do Estado de São Paulo desde 1995 evidenciam que o Governo tem conseguido diminuir o desequilíbrio verificado em suas contas e consolidar o processo de ajuste fiscal.

Após apresentar um déficit orçamentário de quase 3% em 1995, os **Resultados Orçamentários** de 1996 a 1999 foram equilibrados ou ligeiramente positivos. Em 1999, o resultado consolidado, pelo terceiro ano consecutivo, foi superavitário em R\$ 87 milhões (a preços correntes) ou 0,2 % da Receita Total do Estado.

✕ Resultados Primário e Orçamentário e Necessidade de Financiamento 1997/99 - em RS milhões

	1997	1998	1999	Δ %		como % da RCL		
				99/98	99/97	1997	1998	1999
Receita Própria do Estado	30.369	31.483	32.240	2,4%	6,2%	121,3%	114,5%	112,0%
+ Transferências da União	2.149	3.280	4.140	26,2%	92,7%	8,6%	11,9%	14,4%
(-) Transferências a Municípios	7.010	7.098	7.564	6,6%	7,9%	28,0%	25,8%	26,3%
= Receita Líquida do Estado	25.508	27.666	28.816	4,2%	13,0%	101,9%	100,6%	100,1%
(-) Despesas Não Financeiras ⁽¹⁾	24.276	26.426	27.460	3,9%	13,1%	97,0%	96,1%	95,4%
. Administração Direta	16.704	18.206	19.039	4,6%	14,0%	66,7%	66,2%	66,1%
. Administração Indireta	7.572	8.221	8.421	2,4%	11,2%	30,2%	29,9%	29,3%
= SUPERÁVIT PRIMÁRIO / (DÉFICIT)	1.232	1.239	1.357	9,5%	10,1%	4,9%	4,5%	4,7%
(-) Serviço da Dívida	4.395	3.319	3.068	(7,5%)	(30,2%)	17,6%	12,1%	10,7%
. Juros e Encargos da Dívida	740	2.621	2.316	(11,6%)	212,9%	3,0%	9,5%	8,0%
. Amortização da Dívida ⁽²⁾	3.655	697	752	7,8%	(79,4%)	14,6%	2,5%	2,6%
= (NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO)	(3.163)	(2.079)	(1.712)	(17,7%)	(45,9%)	(12,6%)	(7,6%)	(5,9%)
+ Alienação de Bens ⁽²⁾	559	1.807	1.448	(19,9%)	159,2%	2,2%	6,6%	5,0%
+ Operações de Crédito	2.666	352	350	(0,4%)	(86,9%)	10,7%	1,3%	1,2%
= SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO / (DÉFICIT)	62	80	87	8,7%	40,7%	0,2%	0,3%	0,3%
% da Receita Total	0,2%	0,2%	0,2%					

(1) Despesas Não Financeiras (exceto Juros e Encargos e Amortização da Dívida).

(2) Não considera amortização da conta gráfica do Acordo da Dívida; em 1997, exclui R\$ 520 milhões contabilizados erroneamente na conta de Alienação de Bens pela Fapesp.

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

Outro indicador do processo de ajuste fiscal foi a obtenção de **Superávits Primários** em todos os exercícios desde 1995, sendo que em 1999, alcançou R\$ 1.357 milhões (a preços correntes) ou 4,7% da Receita Corrente Líquida (RCL). O Estado de São Paulo apresentou em 1997 e em 1998, resultados primários de, respectivamente, R\$ 1.232 milhões (ou 4,9% da RCL) e de R\$ 1.239 milhões (ou 4,5% da RCL). Contribuíram para a obtenção do superávit, do lado das despesas, a contenção dos gastos em geral e, em especial, com investimentos, que foram reduzidos de cerca de 10% da RCL em 1997 e 1998 para 8% da RCL em 1999 e a estabilidade dos gastos com pessoal, que atingiram 63,7%, 63,9% e 63,8% da RCL, nos três anos.

Os **Juros e Encargos da Dívida** em 1999 representaram 8,0% da RCL e em 1998 representaram 9,5% da RCL, enquanto que a **Amortização da Dívida** para os mesmos anos representou em torno de 2,5% da RCL. A magnitude do **Serviço da Dívida** (Juros e Encargos mais Amortização) em torno de 12% da RCL indica que, se de um lado, o refinanciamento da dívida impediu o crescimento explosivo do estoque da dívida estadual, o mesmo exerce forte pressão no fluxo de recursos do Tesouro.

A **Necessidade de Financiamento** anual (diferença entre o superávit primário e os juros, encargos e amortização da dívida) foi declinante ao longo do período de 1995-1999 e em 1999 representou R\$ 1.712 milhões ou 5,9% Receita Corrente Líquida (RCL) ante R\$ 3.163 milhões (ou 12,6% da RCL) em 1997, uma redução de 45,9%.

A **Poupança Corrente**, que expressa a capacidade de investir, alcançou nos anos de 1997, de 1998 e de 1999, os valores de R\$ 2.788 milhões (ou 11,1% da RCL), R\$ 1.663 milhões (ou 6,0% da RCL) e R\$ 1.654 milhões (ou 5,7% da RCL), respectivamente, com redução acumulada nominal de (-40,7%) em três anos.

Capacidade de Investimento 1997/99: Poupança Corrente - em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ % 99/98	Δ % 99/97	como % da RCL		
						1997	1998	1999
Receita Corrente do Estado	29.928	31.476	32.233	2,4%	7,7%	119,6%	114,4%	112,0%
+ Transferências Correntes da União	2.114	3.127	4.114	31,6%	94,6%	8,4%	11,4%	14,3%
(-) Transferências a Municípios	7.010	7.098	7.564	6,6%	7,9%	28,0%	25,8%	26,3%
= Receita Corrente Líquida	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(-) Despesas Correntes ⁽¹⁾	22.244	25.841	27.129	5,0%	22,0%	88,9%	94,0%	94,3%
. Administração Direta	16.257	19.651	20.545	4,5%	26,4%	64,9%	71,4%	71,4%
. Administração Indireta	5.987	6.191	6.585	6,4%	10,0%	23,9%	22,5%	22,9%
= Poupança Corrente	2.788	1.663	1.654	(0,6%)	(40,7%)	11,1%	6,0%	5,7%
Receita Corrente / Despesa Corrente	1,10	1,05	1,05					

(1) Despesas Correntes = Pessoal + Custeio + Sentenças Judiciais + Juros e Encargos da Dívida

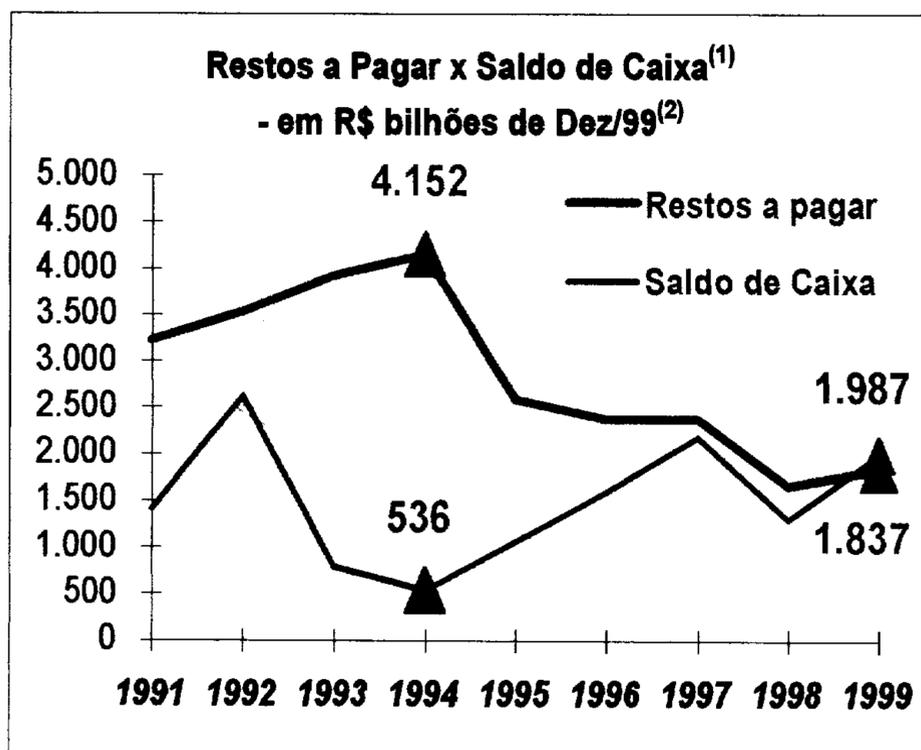
Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

Até o exercício de 1997, os resultados orçamentário, primário e da poupança corrente positivos e crescentes foram alcançados graças ao rigoroso controle das despesas, que aumentaram menos em termos reais que a receita. Entretanto a partir de 1997, como veremos a seguir, a forte queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) aliado ao aumento nos gastos com inativos e pensionistas e nos gastos com juros e encargos da dívida reduziram fortemente os resultados primário e corrente.

Quanto às Dívidas de Curto e de Longo Prazo, estas apresentam hoje um perfil mais compatível com o fluxo de receitas do Estado. Para tanto foram fundamentais a renegociação da dívida com o Governo Federal e o Programa Estadual de Desestatização (PED).

Os **Restos a Pagar**, que desde 1991 foram superiores às disponibilidades do Tesouro, em 31 de dezembro de 1999 foram menores que o **Saldo de Caixa**.

Em 31 de dezembro de 1994 a relação restos a pagar / saldo de caixa era de 7,7.

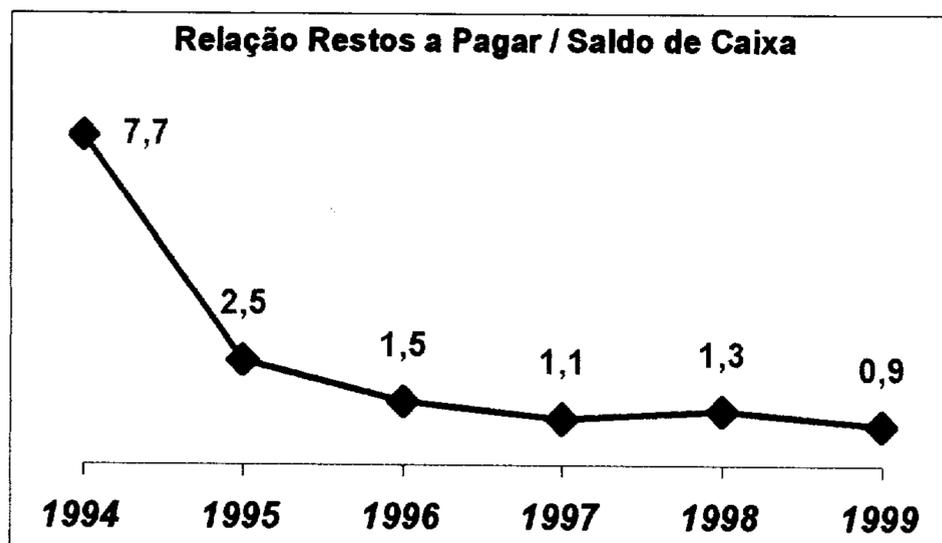


(1) Exclui ARO's (Antecipação de Rec. Orçamentária) feitas em 1991/92/93.

(2) Deflator médio anual: IGP-DI/FGV

Fonte: Balanços Gerais do Estado

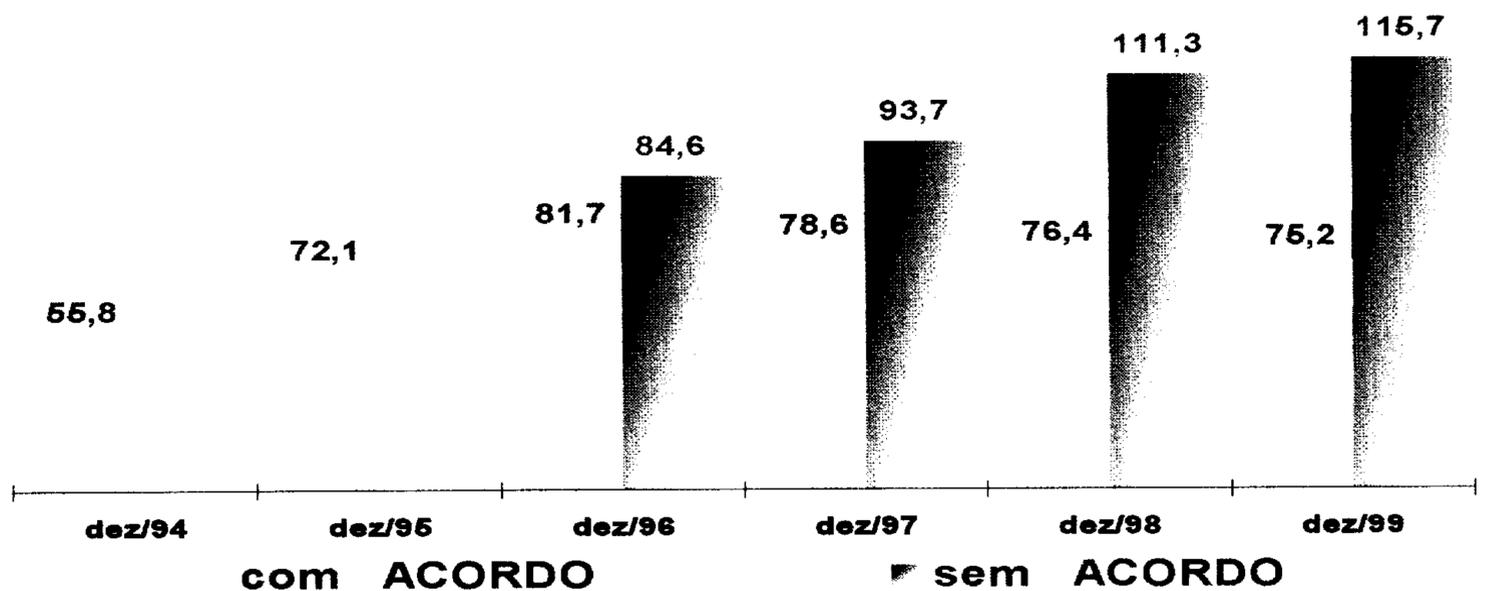
O controle estrito dos gastos em geral e a securitização das dívidas com fornecedores, por meio de debêntures da Companhia Paulista de Ativos (CPA) e posterior utilização no PED, exerceram importante papel na redução das dívidas de curto prazo.



A **Dívida Fundada Consolidada** assumiu trajetória descendente a partir de 1996, sendo a dívida consolidada em 1999 menor que a existente em 1996. As dívidas acumuladas pelo Estado de São Paulo apresentaram um estoque, somando R\$ 75.228 milhões, em 31 de dezembro de 1999, ante R\$ 81.670 milhões em 1996, representando uma redução de (-7,9%) devido à repactuação da dívida com a União, assinado em 1997, mas com efeito retroativo a março de 1996 e às amortizações extraordinárias liquidadas com ativos do Estado (ver **ANEXO**). Entretanto, o estoque da dívida de 31 de dezembro de 1999 é 34,8% reais maior que o estoque em 31 de dezembro de 1994.

Deve-se lembrar que antes do acordo da dívida mais de 75% eram simplesmente rolados com juros de mercado e com vencimentos no máximo trimestrais. Hoje quase a totalidade (96%) do estoque da dívida, após seu reescalonamento, são financiados com juros anuais de 6% e vencimento em 30 anos (72% do estoque) ou permanecem financiados ao custo de captação da dívida externa e vencimento de 15 a 20 anos (24% do estoque). Sem o acordo da dívida, o estoque da dívida em dezembro/99 seria de R\$ 115.697 milhões ou quase 4 vezes a RCL anual.

Evolução da Dívida do Estado de São Paulo 1994/1999 - em R\$ bilhões de Dez/99*



Gestão Covas : crescimento real da dívida de + 34,8% (dez/99 / dez94), sendo:
+ 46,4% (dez 96 / dez/94);
e - 7,9% (dez/99 / dez/96)

Sem o acordo, o crescimento da dívida teria sido de 107,4%

* dívidas consideradas: contratos do Tesouro junto à União antes do acordo + dívidas mobiliária e contratuais do Tesouro e Empresas Estatais junto ao Banespa e à NCNB (objeto do acordo c/a União)

* valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Receitas do Estado

A **Receita do Estado**, exclusive alienação de bens e operações de crédito, alcançou nos anos de 1997, de 1998 e de 1999, os valores de R\$ 32.518 milhões, R\$ 34.764 milhões e R\$ 36.380 milhões, respectivamente, com crescimento acumulado nominal de 11,9% em três anos.

Excluídas as transferências constitucionais a municípios, a **Receita Líquida do Estado** alcançou um crescimento acumulado maior de 13%, passando de R\$ 25.508 milhões para R\$ 28.816 milhões. Ao excluirmos da Receita Líquida do Estado, as transferências federais de capital e que são vinculadas a projetos, obtemos a **Receita Corrente Líquida (RCL)**, que representa o conceito relevante de receita para fins de comparação com os demais itens de receita e de despesa. A Receita Corrente Líquida do Estado alcançou R\$ 28.783 milhões ante R\$ 25.032 em 1997, um crescimento acumulado de 15%. De 1997 a 1999 as transferências correntes da União e as receitas patrimoniais apresentaram um excepcional crescimento, de +92,7% e de +208,9%, respectivamente.

Receita do Estado 1997/99 ⁽¹⁾ - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ% 99/98	Δ% 99/97	% Receita do Estado		
						1997	1998	1999
RECEITA PRÓPRIA	30.369	31.483	32.240	2,4%	6,2%	93%	91%	89%
. RECEITA TRIBUTÁRIA	25.519	25.734	27.735	7,8%	8,7%	78%	74%	76%
. RECEITA CONTRIBUIÇÕES	991	1.112	1.141	2,6%	15,1%	3%	3%	3%
. RECEITA PATRIMONIAL	336	1.372	1.039	(24,3%)	208,9%	1%	4%	3%
. OUTRAS RECEITAS	3.522	3.265	2.325	(28,8%)	(34,0%)	11%	9%	6%
+ TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.149	3.280	4.140	26,2%	92,7%	7%	9%	11%
= RECEITA DO ESTADO	32.518	34.764	36.380	4,7%	11,9%	100%	100%	100%
(-) TRANSFERÊNCIAS a MUNICÍPIOS	7.010	7.098	7.564	6,6%	7,9%	22%	20%	21%
= RECEITA LÍQUIDA DO ESTADO	25.508	27.666	28.816	4,2%	13,0%	78%	80%	79%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	77%	79%	79%

(1) Não considera Alienação de Bens e Operações de Crédito.

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

O resultado fiscal do Tesouro Estadual foi extremamente positivo levando-se em conta o fraco desempenho da arrecadação do ICMS a partir de 1997, de longe o principal item da receita do Estado. A **Receita Própria** sofreu nova queda real em 1999 com a diminuição das arrecadações do IPVA e das taxas e das outras receitas não tributárias (dívida ativa, multas e juros de impostos, restituição do Fundef e demais).

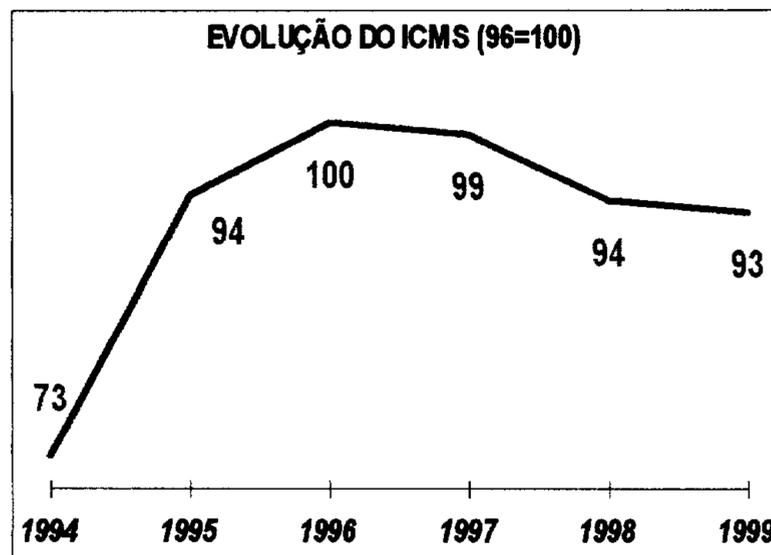
A **Receita Tributária** do Estado de São Paulo tem no ICMS o tributo mais importante, cuja participação média de 1997 a 1999 foi de 88,6% ante 94,8% em 1994 e 90,7% médios no biênio 1995/1996. A redução da participação do ICMS deveu-se à forte queda da arrecadação nos últimos três anos e também ao maior crescimento dos demais tributos, principalmente do IPVA.

Receita Tributária do Estado 1997/99 ⁽¹⁾ - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ%		% Receita Tributária		
				99 / 98	99 / 97	1997	1998	1999
. ICMS	22.795	22.388	24.694	10,3%	8,3%	89%	87%	89%
. IPVA	1.930	2.202	2.120	(3,7%)	9,9%	8%	9%	8%
. TAXAS	741	1.047	805	(23,1%)	8,6%	3%	4%	3%
. OUTRAS TRIBUTÁRIAS	53	97	115	18,0%	116,2%	0%	0%	0%
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL	25.519	25.734	27.735	7,8%	8,7%	100%	100%	100%
RECEITA TRIBUTÁRIA (QPE)	18.856	19.036	20.501	7,7%	8,7%	74%	74%	74%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%			
Rec.Tributária(QPE) / RCL	75,3%	69,2%	71,2%					

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

O **ICMS** apresentou quedas reais, nos anos de 1997, 1998 e 1999, respectivamente, de -0,9%, de -5,5% e de -1,0%, quando comparados ao ano anterior (ou -7,2% acumulados no período). Observa-se que as quedas sucederam a um período de forte crescimento real da arrecadação de +37,5% reais entre 1994 e 1996. As

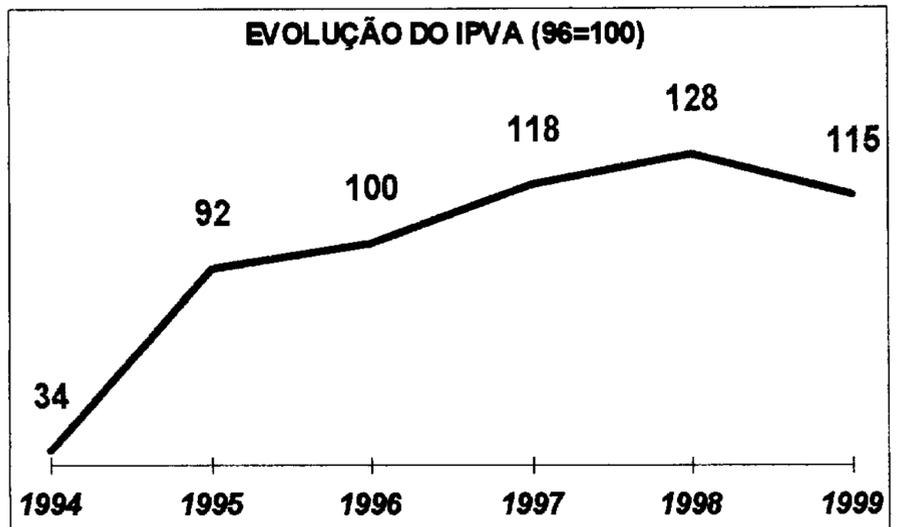


(1) Deflator mensal: IGP-DVFGV

Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO.

perdas devem-se à retração econômica do período, às altas taxas de juros, que aumentaram a inadimplência e as perdas decorrentes da LC 87/96, com desoneração das exportações e aproveitamento de crédito de ativo fixo que foram somente em parte compensadas com as transferências da União.

O **IPVA** em 1999 também apresentou expressiva queda real de (-9,9%), interrompendo uma série consecutiva de aumentos na arrecadação desde 1994. Para se ter uma idéia do esforço de arrecadação deste imposto, o IPVA arrecadado de 1998 foi +273,8% reais maior a arrecadação de 1994.

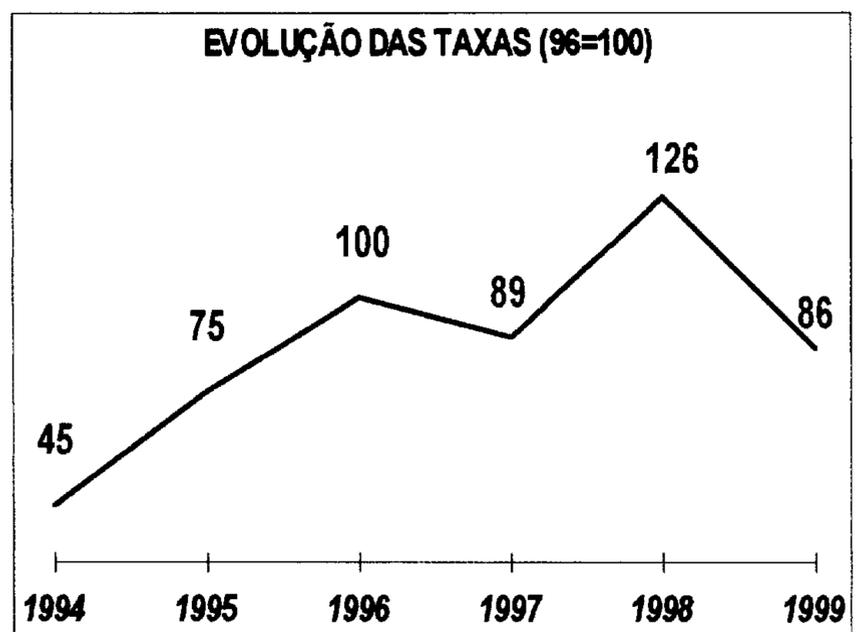


(1) Deflator mensal: IGP-DI/FGV

Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO.

que

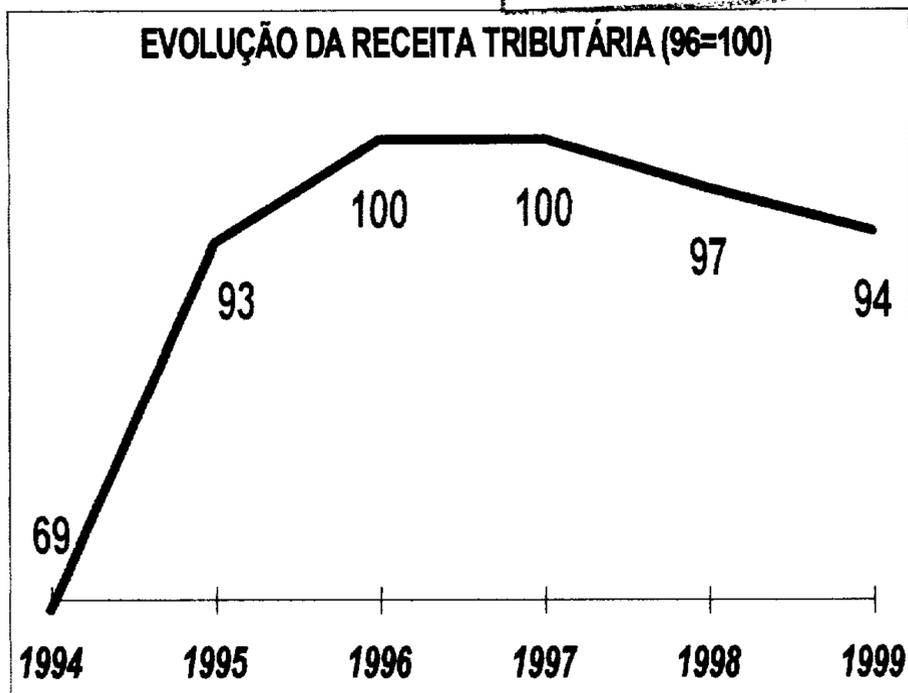
A arrecadação de **Taxas** no Estado de São Paulo situa-se em torno de 2,6% da receita tributária e seu desempenho foi bastante semelhante ao do IPVA de 1994 a 1998. Após marcante crescimento – as taxas arrecadadas em 1998 foram +177,8% reais maiores que a arrecadação de 1994, em 1999 apresentou uma queda real de (-31,5%).



(1) Deflator mensal: IGP-DI/FGV

Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO.

A **Receita Tributária** do Estado de São Paulo, dado o peso preponderante do ICMS, apresenta uma trajetória muito semelhante a do ICMS. Em 1997 e 1998, a queda foi atenuada pelo bom desempenho do IPVA e das Taxas. Em 1999 a situação se inverteu: a queda do IPVA e Taxas foi superior à queda do ICMS.



(1) Deflator mensal: IGP-DI/FGV

Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO.

As **Receitas Próprias Não Tributárias** têm se situado em torno de 12% a 15% da Receita do Estado e, ao lado do incremento das transferências da União, têm compensado, em parte, a queda da receita tributária. O destaque positivo nesta rubrica foram as receitas patrimoniais, em especial, o recebimento de dividendos e de juros sobre capital próprio das empresas estatais, cujos valores em 1998 e em 1999 foram, respectivamente, de R\$ 570 milhões e de R\$ 457 milhões.

No período 1997-1999, a participação anual das **Transferências da União** na Receita do Estado foi de, respectivamente, 7%, 9% e de 11%. A elevação da participação das transferências da União deveu-se basicamente às transferências decorrentes da Lei Complementar 87/96, ainda que em valores menores que a perda estimada em cerca de R\$ 1,0 bilhão/ano.

LEI COMPLEMENTAR 87/96 - valores em R\$ milhões

	ARRECADAÇÃO DO ICMS-QPE (a)	PERDA ESTIMADA		REPASSES DA LC 87/96 (d)	PERDA NÃO RESSARCIDA (e) = (d) - (b)
		(b) (*)	(c)=(b)/(a)		
1997	17.096	1.024	5,99%		(1.024)
1998	16.791	1.093	6,51%	663	(430)
1999	18.521	1.086	5,86%	980	(106)

Obs.:(*)Perdas com desonerações das exportações e aproveitamento de crédito de ativo fixo.

Despesas do Estado

No anos de 1997, de 1998 e de 1999, as **Despesas Não Financeiras** do Estado, despesa total excluídos o serviço da dívida e as transferências constitucionais a municípios, alcançaram os valores de R\$ 24.276 milhões, de R\$ 26.426 milhões e de R\$ 27.460 milhões, respectivamente, com crescimento acumulado nominal de 13,1% em três anos, menor portanto que o crescimento da RCL. Os investimentos foram reduzidos de aproximadamente 10% da RCL em 1997 para 8% da RCL em 1999 e os gastos com pessoal e as sentenças judiciais permaneceram estáveis. As despesas de custeio apresentaram grande expansão em 1999, porém como porcentagem da RCL encontram-se no mesmo patamar de 1997.

Despesas Não Financeiras do Estado - 1997/99⁽¹⁾ - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ% 99/98	Δ% 99/97	como % da RCL		
						1997	1998	1999
PESSOAL	15.941	17.580	18.363	4,5%	15,2%	63,7%	63,9%	63,8%
+ CUSTEIO	4.791	4.773	5.505	15,3%	14,9%	19%	17%	19%
+ SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.158	1.201	1.204	0,2%	3,9%	5%	4%	4%
+ INVESTIMENTOS	2.385	2.873	2.388	(16,9%)	0,1%	10%	10%	8%
= DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	24.276	26.426	27.460	3,9%	13,1%	97%	96%	95%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	100%	100%	100%

(1) Despesas Não Financeiras (exceto Juros e Encargos e Amortização da Dívida).

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

As despesas do Governo do Estado de São Paulo estão concentradas em duas áreas principais: pessoal, incluídas as transferências intragovernamentais para empresas estatais dependentes, autarquias e fundações; e as despesas de custeio. Durante este período, as despesas com pessoal representaram cerca de 63,8% da RCL, com crescimento acumulado nominal de 15,2% em três anos, enquanto as despesas de custeio situaram-se em torno de 19% da RCL, com crescimento acumulado nominal de 14,9% de 1997 a 1999.

Vistas as despesas não financeiras sob a ótica do gestor do gasto, observa-se que todos tiveram crescimento abaixo da RCL, com especial destaque para as despesas das empresas estatais e do Ministério Público, que tiveram expansão de apenas 1,2% e de 1,6%, respectivamente, no período 1997 a 1999.

Despesas Não Financeiras 1997/99 - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ%		como % da RCL		
				99 / 98	99 / 97	1997	1998	1999
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.704	18.206	19.039	4,6%	14,0%	66,7%	66,2%	66,1%
. Executivo	14.081	15.336	16.097	5,0%	14,3%	56,3%	55,8%	55,9%
. Legislativo	337	372	387	4,2%	14,9%	1,3%	1,4%	1,3%
. Judiciário	1.842	2.057	2.103	2,2%	14,2%	7,4%	7,5%	7,3%
. Ministério Público	444	441	451	2,4%	1,6%	1,8%	1,6%	1,6%
+ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.572	8.221	8.421	2,4%	11,2%	30,2%	29,9%	29,3%
. Autarquias/Fundações	5.575	6.324	6.400	1,2%	14,8%	22,3%	23,0%	22,2%
. Empresas	1.996	1.897	2.021	6,6%	1,2%	8,0%	6,9%	7,0%
= DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	24.276	26.426	27.460	3,9%	13,1%	97,0%	96,1%	95,4%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	100%	100%	100%

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

O Estado de São Paulo tem 1.155,5 mil servidores, sendo 713,7mil ativos, apresentando uma relação de 32 habitantes por servidor público deste Estado.

Em 1994, o Estado de São Paulo tinha 1.298,9 mil servidores, sendo 912,0 mil ativos. A redução nos ativos deve-se essencialmente ao acréscimo de inativos, Programas de Demissão

QUADRO GERAL DE PESSOAL - número de funcionários				
	Dez/94	Dez/99	99 (-) 94	Δ% 99/94
I - PODER EXECUTIVO	1.237.844	1.086.764	(151.080)	(12,2%)
Pessoal Ativo	858.292	656.863	(201.429)	(23,5%)
Inativos e Pensionistas	379.552	429.901	50.349	13,3%
II - OUTROS PODERES	61.047	68.710	7.663	12,6%
Pessoal Ativo	53.734	56.853	3.119	5,8%
Inativos e Pensionistas	7.313	11.857	4.544	62,1%
TOTAL do ESTADO	1.298.891	1.155.474	(143.417)	(11,0%)
Pessoal Ativo	912.026	713.716	(198.310)	(21,7%)
Inativos e Pensionistas	386.865	441.758	54.893	14,2%

Fonte: Quadro de movimentação de pessoal (Prodesp).

Voluntária (PDVs), reestruturação do Quadro do Magistério e as privatizações. O número de inativos e pensionistas saltou de 386,9 mil, em 1994, para 441,8 mil, em 1999, com variação de 14,2%, enquanto o número de ativos teve uma redução de 21,7%, passando de 912,0 mil para 713,7 mil, considerando-se Administração Direta, Fundações, Universidades (autarquias especiais) e Empresas estatais.

Quanto às **Despesas com Pessoal**, a folha de pagamento bruta do Estado de São Paulo, em 1999, totalizou R\$ 18.363 milhões ou R\$ 1.413 milhões ao mês, em média. O Poder Executivo absorveu 85,4% desse dispêndio e os demais Poderes do Estado de São Paulo, que incluem o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, além do Ministério Público, absorveram 14,6% da folha bruta, em 1999. Observa-se que o crescimento acima da média dos gastos do Executivo deveu-se a transferência dos pagamentos a pensionistas da Fepasa para o âmbito da Administração Geral do Estado (AGE) em 1998, após a venda desta para a União, por ocasião do acordo da dívida em 1997; reduzindo na mesma proporção os gastos efetuados pelas empresas. Os gastos do Ministério Público encontram-se também pouco abaixo (-0,5%) dos níveis de 1997.

Despesas com Pessoal e Encargos 1997/99 - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ%		como % da RCL		
				99 / 98	99 / 97	1997	1998	1999
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.950	13.586	14.141	4,1%	18,3%	47,7%	49,4%	49,1%
. Executivo	9.531	10.931	11.452	4,8%	20,2%	38,1%	39,7%	39,8%
. Legislativo	302	331	346	4,5%	14,7%	1,2%	1,2%	1,2%
. Judiciário	1.695	1.909	1.924	0,8%	13,5%	6,8%	6,9%	6,7%
. Ministério Público	422	415	420	1,1%	(0,5%)	1,7%	1,5%	1,5%
+ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.991	3.994	4.222	5,7%	5,8%	15,9%	14,5%	14,7%
. Autarquias/Fundações	3.361	3.609	3.827	6,0%	13,9%	13,4%	13,1%	13,3%
. Empresas	630	384	394	2,6%	(37,4%)	2,5%	1,4%	1,4%
= DESPESAS c/ PESSOAL	15.941	17.580	18.363	4,5%	15,2%	63,7%	63,9%	63,8%
. Ativos	9.890	10.786	11.290	4,7%	14,2%	39,5%	39,2%	39,2%
. Inativos e Pensionistas	6.051	6.794	7.073	4,1%	16,9%	24,2%	24,7%	24,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	100%	100%	100%

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

O controle estrito das despesas com servidores em atividade do Poder Executivo possibilitou a estabilidade da relação Despesas com Pessoal / RCL. Os reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público do Estado de São Paulo no período 1995-1999, restringiram-se às áreas estratégicas do governo, com destaque para saúde (pagamento de gratificações da carreira), educação (aumentos custeados com recursos do Fundo de Valorização do Magistério – Fundef e determinados pela lei que o constituiu), segurança (aumento dos efetivos das polícias militar e civil e também de seus vencimentos), pesquisa científica e algumas categorias isoladas pertencentes à área meio, além do crescimento vegetativo da folha de pagamento, decorrente da incorporação de benefícios por tempo de serviço aos salários dos funcionários. Medida de grande significado para o funcionalismo foi a majoração do piso salarial, que era de R\$ 100,00 e atualmente é de R\$ 220,00, portanto um acréscimo de 120%. O piso salarial beneficia cerca de 70.300 servidores ativos e inativos, com uma despesa anual em torno de R\$ 56 milhões.

Outra medida de contenção refere-se a aplicação do limite de retribuição mensal (teto) aos servidores do Poder Executivo desde 88. Desde de março/95 (LC 802/95) o teto foi fixado em R\$ 5.800,00 (Secretário de Estado). Essa medida atinge 3.138 servidores, representando uma “economia” mensal em torno de R\$ 3,1 milhões, e anual de R\$ 40,3 milhões. Também é aplicável aos empregados e dirigentes das empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

No período 1995-1998 o Estado de São Paulo implementou três Programas de Demissão Voluntária, resultando na redução de cerca de 15.000 servidores, correspondendo a uma economia de R\$ 75 milhões/ano. Também promoveu entre 98/99 o recadastramento dos inativos/beneficiários da FEPASA, com vistas à complementação de benefícios pagos pelo Estado, obtendo com esse trabalho uma economia mensal estimada da ordem de R\$ 1,7 milhão.

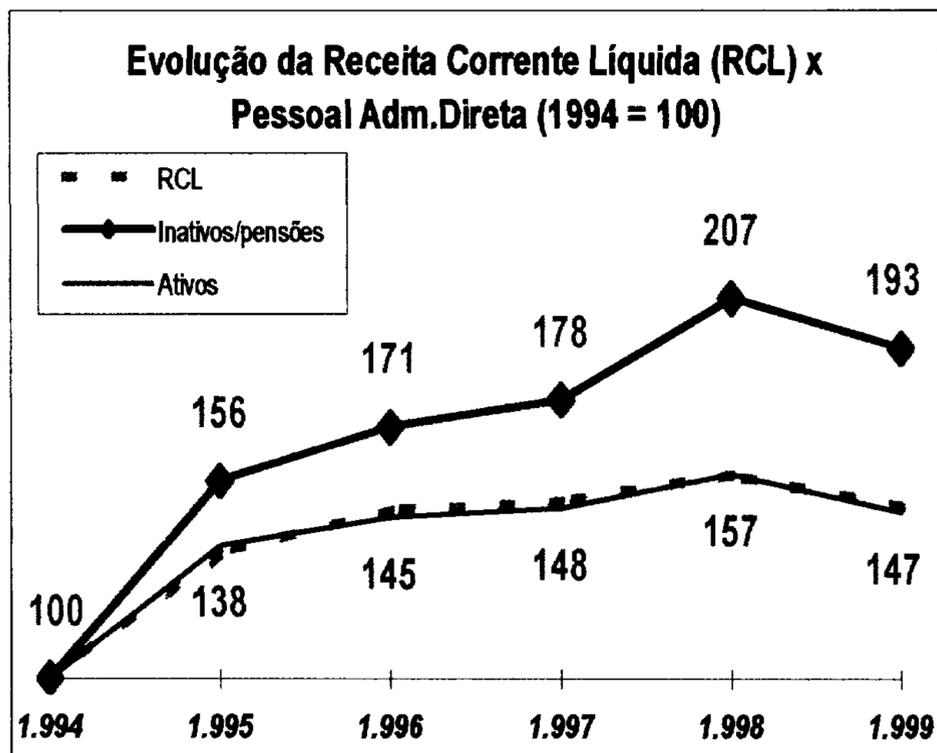
Se do lado dos servidores ativos há uma estabilidade em relação a RCL, as despesas do ESTADO com **Inativos e Pensionistas** aumentaram sucessivamente entre 1997-1999, passando de R\$ 6.051 milhões, em 1997, para R\$ 7.073 milhões, em 1999, com crescimento acumulado de 16,9%. Neste mesmo período, as despesas com ativos cresceram 14,1% e as despesas totais de pessoal aumentaram 15,2%.

Ao estendermos a série histórica de gastos nesta rubrica, podemos verificar que o número de Inativos e Pensionistas apresentou um aumento de 54.893 servidores ou +14,2% de dezembro de 1994 para dezembro de 1999. Os gastos que representavam 21% das despesas de pessoal da Administração Direta em 1982, saltaram para 35% em 1998 e 1999.



(1) Deflator mensal: IGP-DI/FGV
Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO.

Os gastos com inativos e pensionistas da administração direta vêm sistematicamente crescendo acima da evolução do pessoal ativo e da RCL. Em 1999 representaram quase o dobro dos gastos de 1994 em termos reais. Em contraposição, os gastos com ativos apresentaram quase a mesma evolução da RCL.



(1) Deflator mensal: IGP-DI/FGV
Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO.

Portanto, a questão previdenciária vem se agravando em ritmo acelerado, demandando solução urgente. Atualmente a relação de contribuição para fazer frente à folha de pagamento de inativos/pensionistas, Tesouro/segurado é 8,2, sendo que a parte do Tesouro consumiu cerca de 22% da RCL de 1999.

Em junho/99, foi encaminhado para aprovação da Assembléia Legislativa, por intermédio da Mensagem n.º 97/99, projeto de lei complementar n.º 11/99, instituindo o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo. Os resultados que deveriam advir da implementação do referido PLC, com vistas aos limites estabelecidos pela Lei 9.717/98, são:

- relação Tesouro / segurado = 2,1
- despesa líquida / RCL = 13,7%, com a conseqüente redução de repasse do Tesouro do Estado para atender pagamento da folha dos inativos e pensionistas da ordem de R\$ 1.342,6 milhões/ano.

Os trabalhos de aprovação do PLC 11/99 foram paralisados aguardando-se decisão do Supremo Tribunal Federal, sobre a ilegalidade da cobrança previdenciária de inativos, bem como o aumento da contribuição dos ativos. Assim, para implementar qualquer mecanismo de adequação à Lei 9717/98, o Estado de São Paulo depende da aprovação da PEC 136/99, que prevê a cobrança previdenciária de inativos e pensionistas, e dita diretrizes a serem observadas.

Com base na redação da PEC 136/99, e partindo de algumas premissas, tais como: cobrança de inativos e pensionistas, isenção para salários até R\$ 600,00 quando inativos ou pensionistas, a possibilidade legal de percentual de contribuição diferenciado de acordo com a faixa de salário e estimativa de carga tributária máxima, elaboramos uma alternativa cujos resultados são:

- relação Tesouro / segurado = 3,94
- despesa líquida / RCL = 16,1%, com a conseqüente redução de repasse do Tesouro do Estado para atender pagamento da folha dos inativos e pensionistas da ordem de R\$ 432,3 milhões/ano.

Com relação às **Despesas de Custeio**, inclusive transferências correntes à administração indireta, o comprometimento da RCL do Estado de São Paulo com esta rubrica passou de 17,4%, em 1998, para 19,1%, em 1999, retornando ao patamar de 1997. Observa-se que, com exceção das empresas, todos os níveis de governo apresentaram expansão maior que o crescimento da RCL, em especial o Poder Legislativo e o Ministério Público com taxas de, respectivamente, 40,3% e de 32,4%.

Despesas de Custeio 1997/99 - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ% 99 / 98	Δ% 99 / 97	como % da RCL		
						1997	1998	1999
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.929	2.862	3.451	20,6%	17,8%	11,7%	10,4%	12,0%
. Executivo	2.737	2.662	3.219	20,9%	17,6%	10,9%	9,7%	11,2%
. Legislativo	29	36	40	12,2%	40,3%	0,1%	0,1%	0,1%
. Judiciário	141	142	163	15,1%	15,4%	0,6%	0,5%	0,6%
. Ministério Público	21	22	28	26,6%	32,4%	0,1%	0,1%	0,1%
+ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.863	1.911	2.055	7,5%	10,3%	7,4%	6,9%	7,1%
. Autarquias/Fundações	1.320	1.480	1.538	3,9%	16,5%	5,3%	5,4%	5,3%
. Empresas	543	431	517	19,8%	(4,8%)	2,2%	1,6%	1,8%
= DESPESAS DE CUSTEIO	4.791	4.773	5.505	15,3%	14,9%	19,1%	17,4%	19,1%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	100%	100%	100%

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

Os gastos com **Sentenças Judiciárias** em 1999 mantiveram-se no patamar de 4% da RCL e o seu estoque representa uma pressão financeira considerável no Tesouro estadual. No início desta gestão, o estoque de precatórios não pagos incluía valores devidos desde 1992. Como reflexo da decisão do Governo, adotada desde 1995, de regularizar estes compromissos, estão sendo efetuados os pagamentos dos precatórios alimentares devidos de 1996 a 1999. A aceleração do processo de pagamentos encontra-se na dependência de acordos judiciais com os maiores credores e também da aprovação da PEC 90/99.

A redução dos gastos com **Investimentos** em 1999 em 16,9% foi determinante para a obtenção de superávit primário maior que o de 1998. Em percentual da RCL, os gastos de 1999 foram os menores do período. Dentro do Executivo, os repasses para investimentos das estatais aumentaram em 34,9%, o mesmo ocorrendo com os gastos do Poder Judiciário (+211,4%) e do Ministério Público (+146,9%).

Despesas de Investimento 1997/99 - valores em R\$ milhões

	1997	1998	1999	Δ% 99 / 98	Δ% 99 / 97	como % da RCL		
						1997	1998	1999
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	807	860	553	(35,6%)	(31,4%)	3,2%	3,1%	1,9%
. Executivo	793	844	532	(37%)	(32,9%)	3,2%	3,1%	1,8%
. Legislativo	7	5	1	(71%)	(78,7%)	0,0%	0,0%	0,0%
. Judiciário	5	6	16	150%	211,4%	0,0%	0,0%	0,1%
. Ministério Público	1	4	4	1,0%	146,9%	0,0%	0,0%	0,0%
+ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.579	2.013	1.835	(8,9%)	16,2%	6,3%	7,3%	6,4%
. Autarquias/Fundações	755	932	725	(22,2%)	(4,0%)	3,0%	3,4%	2,5%
. Empresas	823	1.082	1.110	2,7%	34,9%	3,3%	3,9%	3,9%
= DESPESAS DE INVESTIMENTO	2.385	2.873	2.388	(16,9%)	0,1%	9,5%	10,4%	8,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	25.032	27.505	28.783	4,6%	15,0%	100%	100%	100%

Fonte: Balanço Geral do Estado (vários anos); SIAFEM-SP e SIGEO.

Se aos gastos registrados no SIAFEM somarmos os investimentos realizados com recursos próprios e operações de crédito das empresas, a redução dos investimentos é ainda mais notável, 37,9% em 1999, após um crescimento de 19,2% em 1998. A redução em 1999 atingiu quase todas as funções, com exceção das funções Segurança Pública, Assistência e Previdência, Administração e Planejamento e Agricultura.

INVESTIMENTOS DO ESTADO 1997/99 ⁽¹⁾ - em R\$ milhões

Funções	1997	1998	1999	Δ% 99/98	Δ% 98/97
Educação e Cultura	300	225	142	(36,7%)	(25,0%)
Saúde e Saneamento	1.228	1.450	725	(50,0%)	18,1%
Segurança Pública	87	60	84	41,0%	(31,4%)
Assistência e Previdência	51	42	59	40,0%	(16,1%)
Habitação e Urbanismo	637	651	622	(4,5%)	2,1%
Judiciária	85	225	89	(60,5%)	165,4%
ÁREAS SOCIAIS - Subtotal	2.388	2.653	1.721	(35,1%)	11,1%
Legislativa	7	5	1	(70,8%)	(27,3%)
Administração e Planejamento	21	22	112	408,0%	4,1%
Agricultura	35	11	53	379,2%	(68,9%)
Desenvolvimento Regional	28	58	3	(95,5%)	106,7%
Energia e Recursos Minerais	1.298	1.534	576	(62,4%)	18,2%
Indústria, Comércio e Serviços	93	105	65	(38,4%)	13,1%
Trabalho	2	1	1	(16,2%)	(28,0%)
Transportes	1.382	1.874	1.358	(27,5%)	35,5%
TOTAL	5.254	6.264	3.890	(37,9%)	19,2%

Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO. (1) Para investimentos de empresas com recursos próprios e operações de crédito, as informações foram baseadas nos fluxos de caixa.

Quando observados os gastos de investimento e suas respectivas fontes de financiamento, verificamos que o aporte de recursos do Tesouro para as empresas continuou crescente em 1999 e, de outro lado, os investimentos financiados com recursos próprios e operações de crédito da Administração Indireta reduziram-se para menos da metade dos valores de 1998.

INVESTIMENTOS DO ESTADO 1997/99 ⁽¹⁾ - em R\$ milhões

Tipo de Administração / Fonte de Recursos	1997	1998	1999	Δ% 99/98	Δ% 98/97
Administração Direta	805	859	553	(35,6%)	6,7%
Tesouro	805	859	553	(35,6%)	6,7%
Empresas	3.701	4.473	2.612	(41,6%)	20,9%
Tesouro	823	1.082	1.110	2,7%	31,4%
Rec.próprios e Op.de crédito ⁽¹⁾	2.878	3.392	1.502	(55,7%)	17,9%
Autarquias&Fundações	748	931	725	(22,1%)	24,4%
Tesouro	354	506	371	(26,7%)	43,1%
Rec.próprios e Op.de crédito	394	425	354	(16,7%)	7,7%
TOTAL	5.254	6.264	3.890	(37,9%)	19,2%
Tesouro	1.982	2.447	2.035	(16,9%)	23,5%
Rec.próprios e Op.de crédito	3.272	3.816	1.855	(51,4%)	16,6%

Fonte: Balanço Geral do Estado; SIAFEM-SP e SIGEO. (1) Para investimentos de empresas com recursos próprios e operações de crédito, as informações foram baseadas nos fluxos de caixa.

Programa Estadual de Desestatização – PED

Como visto, o PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO – PED exerce importante papel para assegurar o equilíbrio das contas públicas, além de representar uma profunda reorganização do Estado e provocar mudanças estruturais para a economia paulista.

Desde a criação do PED, em 1996, foram transferidos ao setor privado 6 empresas do setor elétrico, uma de gás canalizado, 5 hotéis, 5 balneários e 18 unidades da Ceagesp. No âmbito das concessões públicas, na área rodoviária foram outorgados 12 lotes de trechos da malha rodoviária estadual, um contrato na área de transportes metropolitanos, um contrato relativo ao setor elétrico e outro na área de saneamento e, por último, a Área 2 (Noroeste) do Estado de São Paulo do serviço de distribuição de gás canalizado (ver **ANEXO** para maiores detalhes).

Quanto às alienações das participações minoritárias, o Governo de São Paulo realizou oferta pública de venda de 4,7% do capital total da Sabesp (Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), com recebimento de R\$ 406,8 milhões e aumentou o capital da Eletropaulo com subscrição de novas ações pela iniciativa privada no valor de R\$ 476,2 milhões, representativas de 64% das ações preferenciais (ver **ANEXO**). A receita obtida com as operações acima de alienação de bens e concessão de serviços foi de R\$ 16.125,6 milhões.

Programa Estadual de Desestatização e de Concessões - em R\$ milhões

	<u>1.997</u>	<u>1.998</u>	<u>1.999</u>	<u>TOTAL</u>	<u>%</u>
Privatizações	3.538	4.644	4.087	12.269	39,4%
Alienação de participações	883			883	2,8%
Transferências à UNIÃO	3.250	623	1.689	5.562	17,8%
Concessões ⁽¹⁾		2.595	275	2.870	9,2%
Alienação de Imóveis ⁽²⁾	25			25	0,1%
Dívidas Transferidas	711	6.121	2.738	9.570	30,7%
TOTAL GERAL	8.408	13.983	8.789	31.179	100%
%	27,0%	44,8%	28,2%	100%	

Fonte: Programa Estadual de Desestatização (PED) - Relatório de Atividades 1995/99.

Obs.: (1) Em 1996 houve duas concessões que não envolveram receita de concessão em moeda: Canoas I e II, Estação de Trata/o de Água (Cajamar)

(2) Não inclui alienação de bens realizada fora do âmbito do PED.

Quando acrescentamos os valores relativos às empresas transferidas ao Governo Federal no âmbito do Acordo de Renegociação da Dívida do Estado - Fepasa, Ceagesp, Cesp e Banespa, o resultado atinge R\$ 21.687,4 milhões. Se considerarmos ainda a transferência do passivo financeiro existente nas estatais, o resultado global passa a R\$ 31.257,4 milhões (ver ANEXO).

Considerando-se o conjunto de todas essas operações, observa-se que:

- a participação da moeda corrente, incluídas as transferências à União para abatimento da conta gráfica, no total dos recursos movimentados pelo PED atingiu 65,6% (ou R\$ 20.455 milhões) e a utilização de títulos de emissão da CPA, 3,7% (ou R\$ 1.154 milhões)

Programa Estadual de Desestatização - 1995/99					
- em R\$ milhões					
<u>Setores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Títulos CPA</u>	<u>Dívida Transferida</u>	<u>TOTAL GERAL</u>	<u>%</u>
Energético	12.494	1.149	9.468	23.111	74,1%
Transportes	5.240	5	102	5.348	17,2%
Financeiro	2.039			2.039	6,5%
Saneamento	407			407	1,3%
Outros	275			275	0,9%
TOTAL	20.455	1.154	9.570	31.179	100%
%	65,6%	3,7%	30,7%	100%	

Fonte: Programa Estadual de Desestatização (PED) - Relatório de Atividades 1995/99.

- o setor energético representou 74,1% desses recursos, seguido do setor de transportes (17,2%) e, com a conclusão das operações relativas ao processo de transferência do Banespa para a União, a participação do setor financeiro no total alcançou 6,5%.

- o capital nacional garantiu uma parcela de 41%, cabendo ao capital externo uma participação da ordem de 33%; destacando-se, ainda, a participação de 26% das transferências de ativos ao Governo Federal.

Comentário Final

O desempenho dos indicadores fiscais e financeiros apresentados anteriormente demonstra que este Governo está dando continuidade ao processo de ajuste nas finanças públicas do Estado, deixando as contas equilibradas, recuperando a capacidade do Tesouro Estadual de honrar sua dívida e de gerar recursos para investimento e saneando suas empresas.

O ajuste, contudo, é ainda incompleto, e a expressão maior deste fato é que o volume de investimentos efetivamente realizados com recursos do Tesouro encontra-se muito aquém do necessário para a recomposição da infra-estrutura pública, deteriorada nas últimas décadas. A recuperação da capacidade do Governo de implementar políticas através da realização de investimentos passa necessariamente pela recuperação do nível de receita e revisão da atual estrutura de gastos do Tesouro Estadual, pelo financiamento do déficit previdenciário e, finalmente, pela continuidade do ajuste patrimonial em curso.

Em suma, cabe ainda ao Governo completar o processo de reorganização do Estado e reduzir as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, sem desviar-se da responsabilidade fiscal, promover avanços consonantes com as aceleradas mudanças estruturais no campo econômico e social da chamada nova economia

Fis. n.º 24
RGL
3052/00
Proc.

ANEXO
Síntese do Programa Estadual de Desestatização - 1995/99 ⁽¹⁾ - valores em R\$ mil

	Setor	Data do Leilão	Valor da Operação	Dívida Transferida	Comprador
CPFL	Elétrico	05/11/97	3.538.000	711.000	VBC (ágio de 70,11%)
Metropolitana - EME	Elétrico	15/04/98	2.026.901	3.592.000	Consórcio Light Gás
ELEKTRO	Elétrico	16/07/98	1.595.473	757.000	Enron (ágio de 98,9%)
Bandeirante - EBE	Elétrico	17/09/98	1.021.493	1.670.000	EDP, CPFL
Comgás	Gás	14/04/99	1.795.680	221.000	British Gas, Shell (ágio de 119,63%)
Cesp-Paranapanema	Elétrico	28/07/99	1.260.219	1.235.000	Duke Energy (ágio de 90,21%)
Cesp-Tietê	Elétrico	27/10/99	1.031.390	1.282.000	AES Gerasul (ágio de 29,97%)
PRIVATIZAÇÕES = (1)			12.269.156	9.468.000	
Sabesp	Saneamento	Jul/97	406.770	-	Diversos
Eletropaulo	Elétrico	Dez/97	476.210	-	Diversos
ALIENAÇÃO de PARTICIPAÇÕES = (2)			882.980	-	
Fepasa	Ferroviário	22/05/97	2.650.341	-	
Ceagesp	Abasteci/o	22/05/97	250.000	-	
Metropolitana - EME	Elétrico	24/09/98	328.876	-	
Bandeirante - EBE	Elétrico	23/11/98	163.508	-	Diversos
Transmissão CESP - EPTE	Elétrico	27/11/98	130.176	-	Diversos
Banespa	Financeiro	30/11/99	2.038.938	-	
TRANSFERÊNCIAS à UNIÃO = (3)			5.561.839	-	
Lote 03 - Região Bebedouro		Mar/98	10.150	-	TEBE (Torc/EMPA/Brasil/Erco)
Lote 05 - Região Rib. Preto		Mar/98	251.000	5.000	Via Norte
Lote 12 - Sist. Raposo / Castello		Mar/98	318.000	-	Via Oeste
Lote 110 - Reg. S.J. Boa Vista		Abr/98	151.938	-	Renovias (Encalco, Senpar)
Lote 01 - Anhanguera / Bandeirantes		Mai/98	1.551.000	97.000	Autoban
Lote 09 - Região Araraquara		Mai/98	123.000	-	Triângulo do Sol (Leão & Leão)
Lote 22 - Anchieta / Imigrantes		Mai/98	87.000	-	Ecovias dos Imigrantes (Primav)
Lote 08 - Região Jaú		Jun/98	61.869	-	Centrovias
Lote 10 - Região Batatais		Ago/98	41.350	-	Autovias(Enterpa/EMSA/Etesco)
Concessões Rodoviárias - subtotal			2.595.307	102.000	
Área 2 (Nordeste) de gás canalizado	Gás	09/11/99	274.900	-	Cons. Gas Brasileiro (ágio 149,91%)
Canoas I e II	Elétrico	1996	49,7% da energia	-	Cia Brasileira de Alumínio
Est. Tratamento de Água (Cajamar)	Saneamento	Ago/96		-	Consórcio Cristais
Concessão São Mateus/Jabaquara	T. Metrop.	Mai/97	0,04% da receita	-	Cons. Metrop. de Transporte (METRA)
Outras Concessões - subtotal			274.900	-	
CONCESSÃO DE SERVIÇOS (4)			2.870.207	102.000	
Hotel Glória de Águas de Lindóia	Turismo	Fev/97	2.756	-	Consórcio Glória
Peruíbe Glória Hotel	Turismo	Mar/97	2.060	-	Emparsanco S/A
Hotel e Balneário de Socorro	Turismo	Jul/97	1.110	-	Ass. Func. Públicos do ESP
Hotel do Lago - Bragança Paulista	Turismo	Set/97	1.630	-	Casa de Nossa Senhora da Paz
Nuporanga Glória Hotel	Turismo	1997	203	-	Prefeitura
Balneário de Ibirá	Turismo	1997	1.390	-	Prefeitura
Balneário de Águas de Sta Bárbara	Turismo	1997	815	-	Prefeitura
Balneário de Atibaia	Turismo	1997	331	-	Prefeitura
Balneário de Poá	Turismo	1997	342	-	Prefeitura
Armazém Moóca da Ceagesp	Abasteci/o	Jan/97	940	-	Particular
16 Unidades da Ceagesp	Abasteci/o	Mai/97	11.300	-	14 Prefeituras
Armazém Pari da Ceagesp	Abasteci/o	Set/97	2.347	-	Cândide Indústria e Comércio
ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS = (5)			25.224	-	
TOTAL GERAL - PED = (1+2+3+4+5)			21.609.406	9.570.000	